

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 02/2026



# BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

## DIRETOR(A) DE ESCOLA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

**DIRETOR(A) DE ESCOLA**

Nº 02/2026

CÓD: OP-140JH-26  
7908403597208

## ÍNDICE

**Língua Portuguesa**

1. Compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais e multimodais .....	9
2. Localização de informações explícitas e inferência de informações implícitas; Identificação do tema, da finalidade, da tese e dos argumentos do texto .....	9
3. Distinção entre fato e opinião.....	16
4. Reconhecimento de informações principais e secundárias .....	18
5. Relações entre textos: intertextualidade, comparação de ideias e diferentes abordagens sobre o mesmo tema.....	20
6. Análise de efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais, recursos expressivos, pontuação, sinais gráficos, linguagem figurada, humor e ironia.....	22
7. Coesão e coerência textual .....	24
8. Relações lógicodiscursivas estabelecidas por conectivos e mecanismos de articulação textual .....	25
9. Variação linguística e adequação da linguagem à situação comunicativa .....	28
10. Conhecimentos linguísticos aplicados ao texto: ortografia oficial .....	30
11. Acentuação gráfica.....	31
12. Pontuação .....	33
13. Classes de palavras .....	34
14. Flexão nominal e verbal .....	41
15. Concordância nominal e verbal .....	43
16. Regência nominal e verbal.....	45
17. Crase .....	46
18. Colocação pronominal .....	47
19. Período simples e período composto; relações de coordenação e subordinação.....	48
20. Reescrita de frases e parágrafos: Equivalência de sentido, Correção gramatical.....	49

**Matemática e Raciocínio Lógico**

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais .....	69
2. Razão e proporção. Proporcionalidade direta e inversa .....	76
3. Porcentagem .....	77
4. Regra de três simples e composta .....	79
5. Média aritmética simples e ponderada .....	81
6. Sistema monetário.....	81
7. Grandezas e medidas: tempo, comprimento, massa, capacidade, área, perímetro e volume simples. Conversão entre unidades usuais de medida .....	85
8. Sequências numéricas, regularidades e padrões.....	88
9. Noções de contagem, princípio multiplicativo e probabilidade simples.....	93
10. Noções de lógica: proposições, conectivos, negação, equivalências .....	98
11. Argumentos, conclusões e análise de validade de raciocínios.....	103
12. Leitura, interpretação e resolução de situações-problema envolvendo tabelas, gráficos, listas e dados quantitativos. Resolução de situações-problema envolvendo operações, proporcionalidade, organização de informações, interpretação de dados, raciocínio lógico e tomada de decisão .....	108

## Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática. Componentes básicos de computadores, dispositivos móveis e periféricos.....	115
2. Sistemas operacionais: área de trabalho, arquivos, pastas, menus, atalhos e configurações básicas. Organização e gerenciamento de arquivos e pastas .....	118
3. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, inserção de imagens, cabeçalhos, rodapés, impressão, exportação em PDF e salvamento de documentos. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, filtros, classificação de dados, gráficos e organização de informações. Apresentações eletrônicas: criação, edição, formatação básica e inserção de recursos visuais.....	121
4. Internet e navegação: sites, mecanismos de busca, downloads, uploads, avaliação da confiabilidade das informações e uso seguro da rede .....	128
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, organização de mensagens, contatos, pastas e boas práticas de comunicação institucional .....	132
6. Armazenamento em nuvem, compartilhamento de arquivos, edição colaborativa, formulários digitais, videoconferência e ferramentas digitais aplicadas à rotina administrativa, pedagógica e escolar .....	133
7. Segurança da informação: senhas, autenticação, cópias de segurança, vírus e outros programas maliciosos, golpes digitais, proteção de dados pessoais, privacidade, uso responsável de recursos tecnológicos e cuidados no tratamento de informações de estudantes, famílias e servidores .....	136

## Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição Federal): arts. 6º, 37 e 205 a 214 (direito à educação, princípios da Administração Pública e organização da educação nacional) .....	143
2. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): arts. 12, 13, 14, 21 a 38, 58 a 60 e 61 a 67 (organização da educação básica, gestão democrática, currículo, avaliação, educação especial e profissionais da educação).....	149
3. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): arts. 4º, 5º, 53 a 59, 56 e 70 (direito à educação, proteção integral e deveres da escola na garantia de direitos).....	153
4. Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.....	155
5. Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” .....	156
6. Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026 — Plano Nacional de Educação — PNE: diretrizes, objetivos, metas, estratégias, governança, monitoramento, avaliação, financiamento, regime de colaboração e articulação com os planos estaduais e municipais de educação.....	156
7. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): documento normativo que define as aprendizagens essenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental: princípios, fundamentos e orientações para a organização curricular e pedagógica .....	161
8. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação inclusiva e garantia de acessibilidade .....	162
9. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: direitos da pessoa com TEA e diretrizes para inclusão educacional .....	180

## Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções de educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; Currículo e práticas pedagógicas na educação básica .....	185
2. Função social da escola pública .....	189
3. Organização do trabalho pedagógico .....	191
4. Projeto político-pedagógico: elaboração, execução, acompanhamento e avaliação.....	196
5. Planejamento educacional e planejamento de ensino .....	198
6. Avaliação da aprendizagem concepções, instrumentos, registros, acompanhamento e uso pedagógico dos resultados ..	201
7. Avaliação institucional e melhoria da qualidade do ensino.....	204
8. Didática e metodologias de ensino.....	206
9. Interdisciplinaridade, contextualização e articulação entre áreas do conhecimento.....	215
10. Desenvolvimento humano, aprendizagem e diversidade.....	218
11. Educação inclusiva, acessibilidade, adaptações pedagógicas e atendimento às necessidades educacionais dos estudantes .....	221
12. Relação entre escola, família e comunidade.....	227
13. Gestão da sala de aula e acompanhamento da prática docente .....	228
14. Formação continuada de professores.....	232
15. Horários de trabalho pedagógico coletivo .....	237
16. Registros pedagógicos, relatórios e documentação do processo de ensino e aprendizagem .....	240
17. Clima escolar, convivência, mediação de conflitos e promoção de ambiente educativo democrático, inclusivo e seguro .	243

## Conhecimentos Específicos Diretor(a) de Escola

1. Gestão escolar na rede pública de ensino .....	249
2. Gestão democrática, Conselho de Escola e participação da comunidade escolar.....	251
3. Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico e do Plano Escolar .....	253
4. Organização do planejamento escolar, calendário, horários, dias letivos e horas de aula .....	255
5. Acompanhamento da orientação pedagógica dos professores e da qualidade do ensino.....	258
6. Sistematização de dados para subsidiar o planejamento educacional e elaboração de relatórios de avaliação da unidade escolar.....	260
7. Administração de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros da escola.....	262
8. Aplicação de recursos financeiros conforme a legislação vigente e as deliberações do Conselho de Escola .....	265
9. Zeladoria, conservação do patrimônio, uso adequado de equipamentos e materiais de consumo.....	267
10. Fluxo de documentos escolares e administrativos: vida escolar, vida funcional, registros, prazos e informações à Secretaria Municipal de Educação .....	269
11. Organização da rotina escolar, comunicação institucional, atendimento à comunidade e relação escola-família-comunidade .....	271
12. Gestão de pessoas, liderança, mediação de conflitos e promoção de ambiente escolar democrático, inclusivo e seguro.	273
13. Uso de sistemas de informática e recursos tecnológicos na gestão escolar .....	275
14. Segurança no trabalho, organização do ambiente escolar e preservação dos materiais, equipamentos e espaços sob responsabilidade da unidade escolar .....	276

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTIMODAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

### Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

## LOCALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E INFERRÊNCIA DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, DA FINALIDADE, DA TESE E DOS ARGUMENTOS DO TEXTO

### MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

#### ► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

#### *Exemplo de mensagem explícita:*

**Frase:** *O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.*

**Análise:** *A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.*

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

#### ► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

#### *Exemplo de mensagem implícita:*

**Frase:** *Se eu fosse você, não sairia agora.*

**Análise:** *O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.*

## AMOSTRA

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação
- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

**Diferença Entre Implícito e Subentendido:**

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

**Exemplo de mensagem implícita:**

**Frase:** *Este restaurante nunca tem fila.*

**Análise:** *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

**Exemplo de mensagem subentendida:**

**Frase:** *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

**Análise:** *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

**Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:**

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

**▶ Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais****Em uma notícia:**

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

**Em uma propaganda:**

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

**Em uma charge:**

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

**POSTO E PRESSUPOSTO**

Na interpretação de textos, é fundamental compreender não apenas o que está explícito, mas também o que é sugerido de maneira indireta.

Nesse contexto, os conceitos de posto e pressuposto ajudam a distinguir informações que estão claramente expressas daquelas que são inferidas a partir da estrutura linguística do enunciado.

**▶ O Que É Posto?**

O termo posto refere-se ao que está explicitamente dito no texto, ou seja, à informação que foi diretamente enunciada pelo emissor. O posto não exige inferências adicionais para ser compreendido, pois está claro na estrutura do discurso.

**Exemplo de posto:**

**Frase:** *O Brasil é um país da América do Sul.*

**Análise:** *A frase apresenta uma afirmação objetiva, que pode ser verificada e compreendida sem necessidade de interpretação adicional.*

O posto corresponde ao conteúdo visível e acessível do texto, sendo a base para a comunicação eficaz.

**▶ O Que É Pressuposto?**

O pressuposto é uma informação subentendida no discurso, ou seja, algo que não é declarado de forma direta, mas que precisa ser verdadeiro para que a afirmação faça sentido. Os pressupostos são ativados por certos elementos linguísticos, como verbos, advérbios, pronomes e estruturas sintáticas específicas.

**Exemplo de pressuposto:**

**Frase:** *João parou de fumar.*

**Análise:** *O enunciado traz a ideia de que João fumava anteriormente. Embora isso não tenha sido explicitamente afirmado, a estrutura do verbo “parar” pressupõe uma ação anterior.*

Os pressupostos diferem das informações inferidas subjetivamente, pois são ativados por elementos específicos da língua.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

#### ► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

#### ► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

#### ► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo:  $3 + 4 = 7$  (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em  $\mathbb{N}$ , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$  pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$  Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em  $\mathbb{N}$ , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo:  $4 \times 3 = 12$



## AMOSTRA

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em N.

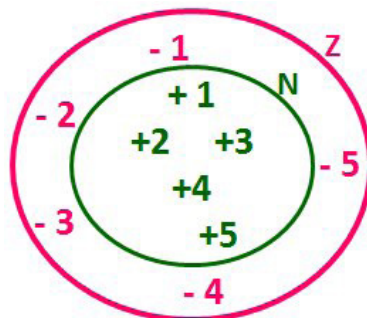
Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$  pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$  Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

### CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$  ( $N \subset Z$ ); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



N  $\subset$  Z (N está contido em Z)

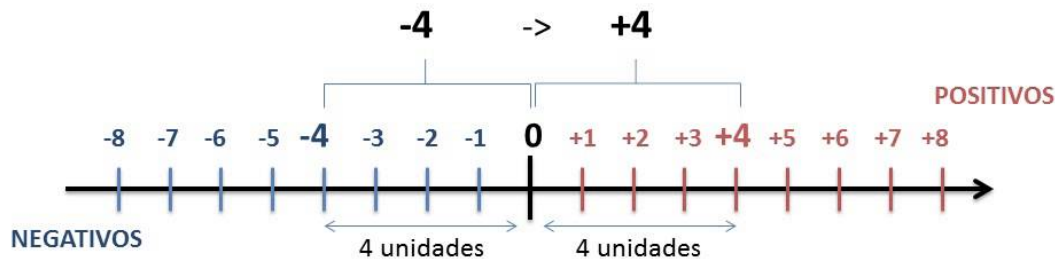
#### ► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Z^*$	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	$Z_+$	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	$Z^*_+$	Conjunto dos números inteiros positivos
-	$Z_-$	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	$Z^*_-$	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

▪ **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por  $| \cdot |$ . O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

▪ **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos:  $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA. COMPONENTES BÁSICOS DE COMPUTADORES, DISPOSITIVOS MÓVEIS E PERIFÉRICOS

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

#### ► Fundamentos de Informática

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

#### ► Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

## AMOSTRA

**HARDWARE E SOFTWARE**

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicas, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► **Hardware e software**

**Partes física e lógica do sistema**

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

**Funcionamento integrado**

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

**HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR**

► **Conceito de hardware**

**Estrutura material do sistema computacional**

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

► **Principais grupos de hardware**

**Classificação conforme a função**

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL): ARTS. 6º, 37 E 205 A 214 (DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL)**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**CAPÍTULO II  
DOS DIREITOS SOCIAIS**

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)

**CAPÍTULO VII  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**SEÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

## AMOSTRA

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento) (Vigência)

I - o prazo de duração do contrato; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a remuneração do pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM; CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

### CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

#### ► Educação como prática social e formação humana

A educação constitui uma prática social de formação humana, histórica e culturalmente situada. Ela não se reduz à transmissão de informações, pois envolve processos de apropriação, produção e reconstrução de conhecimentos, valores, linguagens, formas de convivência e modos de participação na vida coletiva. Como prática social, a educação ocorre em diferentes espaços, mas adquire configuração específica na escola, onde se organiza de maneira intencional, sistemática e institucionalizada. Essa intencionalidade diferencia a ação educativa escolar de experiências espontâneas de socialização, porque articula finalidades formativas, seleção de saberes, organização curricular, mediação docente, acompanhamento da aprendizagem e responsabilidade pública sobre o direito ao conhecimento.

A concepção de educação adotada por uma instituição orienta sua maneira de compreender o estudante, o professor, o conhecimento e as relações pedagógicas. Uma concepção meramente transmissiva tende a tratar o conhecimento como conteúdo pronto, externo ao sujeito, cabendo ao estudante receber, reproduzir e demonstrar domínio formal. Uma concepção formativa, crítica e democrática entende o conhecimento como patrimônio cultural e instrumento de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Nessa perspectiva, aprender significa estabelecer relações, formular explicações, problematizar situações, construir significados e participar de práticas sociais nas quais o conhecimento ganha função intelectual, ética, cultural e política.

A educação escolar também está vinculada à formação integral. A formação integral não significa acúmulo indiscriminado de conteúdos, mas desenvolvimento articulado de dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais, corporais, estéticas e éticas. O estudante é compreendido como sujeito histórico, portador de experiências, linguagens, pertencimentos e modos de compreender o mundo. A escola não abandona o conhecimento sistematizado para privilegiar apenas vivências imediatas; ao contrário, parte das experiências dos sujeitos para ampliar repertórios, introduzir formas elaboradas de pensamento e possibilitar acesso a saberes que não se constituem de modo espontâneo.

#### ► Escola como instituição pública de conhecimento, convivência e inclusão

A escola é uma instituição social responsável pela organização intencional do ensino e pela garantia de acesso aos conhecimentos considerados relevantes para a formação das novas gerações. Sua função não se limita à guarda de crianças e jovens, à preparação para etapas posteriores ou à adaptação passiva a demandas sociais. A escola produz condições para que os sujeitos se apropriem de linguagens, conceitos, métodos de investigação, formas de expressão, critérios de argumentação e modos de convivência democrática. A dimensão pública da escola exige compromisso com equidade, inclusão, participação e qualidade social da educação.

A escola também é espaço de encontro entre sujeitos diversos. Diferenças de origem social, cultura, raça, gênero, território, religião, deficiência, ritmos de aprendizagem e trajetórias familiares atravessam o cotidiano escolar. Uma concepção democrática de escola não transforma tais diferenças em justificativas para exclusão, baixa expectativa ou empobrecimento curricular. As diferenças devem orientar a construção de condições pedagógicas de acesso, participação e aprendizagem. Isso implica organização de tempos, espaços, recursos, metodologias, registros, agrupamentos e formas de acompanhamento capazes de reconhecer singularidades sem reduzir o direito comum ao conhecimento.

Algumas dimensões estruturam a função social da escola e dão concretude à sua responsabilidade formativa:

- Garantia de acesso ao conhecimento sistematizado, com valorização dos saberes culturais dos estudantes e ampliação de repertórios intelectuais.
- Organização de relações de convivência baseadas em respeito, participação, diálogo, corresponsabilidade e enfrentamento de práticas discriminatórias.
- Construção de práticas pedagógicas que articulem ensino, aprendizagem, avaliação, currículo e gestão institucional.
- Promoção de condições de permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, com atenção às desigualdades que interferem na trajetória escolar.

Essas dimensões indicam que a escola não atua apenas no plano administrativo ou instrucional. Sua identidade pedagógica depende da coerência entre projeto educativo, currículo, planejamento, práticas de ensino, avaliação e relações institucionais. Quando esses elementos permanecem fragmentados, a escola tende a produzir ações isoladas, pouco efetivas e incapazes de sustentar processos de aprendizagem consistentes.

## AMOSTRA

### ► Currículo como construção cultural, política e pedagógica

O currículo é o conjunto organizado de conhecimentos, experiências, práticas, relações, tempos, espaços, critérios e formas de avaliação que compõem a formação escolar. Ele não se restringe a uma lista de conteúdos ou a uma sequência de unidades didáticas. O currículo expressa escolhas culturais e pedagógicas, pois define quais saberes serão trabalhados, com que finalidades, por meio de quais abordagens e em diálogo com quais sujeitos e contextos. Essas escolhas nunca são neutras: revelam concepções de sociedade, infância, juventude, conhecimento, aprendizagem e justiça educacional.

Uma compreensão ampla de currículo permite reconhecer diferentes níveis de sua manifestação. O currículo prescrito aparece em documentos orientadores, propostas institucionais e matrizes de referência. O currículo planejado se materializa nas decisões de professores e equipes pedagógicas sobre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação. O currículo em ação ocorre nas interações concretas da sala de aula, nos projetos, nas atividades, nas perguntas dos estudantes e nas mediações docentes. O currículo oculto manifesta-se nas normas implícitas, expectativas, silenciamentos, formas de tratamento, distribuição de oportunidades e valores vividos no cotidiano escolar.

### Currículo, conhecimento e poder

Ao selecionar determinados conhecimentos, o currículo também organiza visibilidades e ausências. Determinados grupos sociais, tradições culturais, narrativas históricas e formas de expressão podem ser valorizados ou marginalizados. Por isso, uma prática curricular democrática precisa interrogar a origem dos conhecimentos, os critérios de seleção, os modos de abordagem e os efeitos das escolhas realizadas. A valorização da diversidade não significa fragmentar o currículo em experiências dispersas, mas ampliar a qualidade cultural da formação, integrando conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, históricos, filosóficos e saberes produzidos em diferentes contextos sociais.

A organização curricular precisa equilibrar continuidade e contextualização. A continuidade assegura progressão conceitual, aprofundamento e articulação entre etapas, áreas e componentes. A contextualização permite que os conteúdos ganhem sentido em relação a problemas, linguagens, práticas sociais e realidades vividas. Sem continuidade, o currículo se torna episódico; sem contextualização, transforma-se em exposição abstrata e descolada da experiência dos estudantes. A consistência curricular depende da relação entre ambos os princípios.

### CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS ESCOLARES

#### ► Ensino como mediação intencional do conhecimento

O ensino é uma ação intencional de mediação entre os estudantes e os conhecimentos culturalmente produzidos. Essa mediação não equivale a simples exposição verbal nem à aplicação mecânica de atividades. Ensinar envolve diagnosticar conhecimentos prévios, organizar situações didáticas, propor problemas, selecionar recursos, orientar procedimentos, explicitar conceitos, acompanhar percursos, intervir nas dificuldades e criar condições para que os estudantes avancem em seus modos

de pensar. O professor ocupa papel intelectual e pedagógico central, pois transforma objetivos formativos em experiências de aprendizagem organizadas.

A mediação docente exige clareza sobre o objeto de conhecimento. Não basta escolher uma atividade interessante; é necessário compreender quais conceitos, procedimentos, atitudes, linguagens ou formas de raciocínio estão em jogo. Atividades podem ser visualmente atraentes e, ao mesmo tempo, pouco relevantes do ponto de vista cognitivo. A qualidade do ensino depende da relação entre finalidade, conteúdo, desafio, intervenção e avaliação. Uma situação didática potente mobiliza o estudante, mas também preserva rigor conceitual, progressão e possibilidade de elaboração.

O ensino também requer planejamento flexível. Flexibilidade não significa improvisação permanente, mas capacidade de ajustar percursos sem perder as finalidades pedagógicas. A observação das respostas dos estudantes, dos erros, das dúvidas e das estratégias utilizadas fornece elementos para reorganizar explicações, propor novas atividades, formar agrupamentos, retomar conceitos ou ampliar desafios. O planejamento do ensino torna-se, assim, uma hipótese de trabalho continuamente confrontada com a realidade da aprendizagem.

#### ► Aprendizagem como construção ativa e social de significados

A aprendizagem escolar envolve apropriação ativa de conhecimentos. O estudante não é recipiente vazio nem simples executor de comandos. Ele interpreta, relaciona, compara, formula hipóteses, mobiliza experiências anteriores, enfrenta conflitos cognitivos e reorganiza esquemas de pensamento. Essa atividade, porém, não ocorre de modo isolado ou puramente espontâneo. A aprendizagem é socialmente mediada por linguagens, interações, instrumentos culturais, intervenções docentes e participação em práticas compartilhadas.

Aprender implica atribuir sentido e construir significado. O sentido relaciona o conteúdo à experiência, à finalidade percebida e ao envolvimento do sujeito. O significado refere-se à compreensão conceitual socialmente validada, que permite utilizar o conhecimento em diferentes situações. Uma aprendizagem pode ter sentido imediato, mas permanecer frágil conceitualmente; também pode apresentar definição formal correta, mas sem uso efetivo em situações concretas. A prática pedagógica precisa articular essas dimensões, garantindo envolvimento e rigor.

### Erro, conflito cognitivo e reorganização do pensamento

O erro possui valor pedagógico quando analisado como expressão de um modo de pensar. Ele não deve ser tratado apenas como falta, falha moral ou ausência de estudo. Muitos erros revelam hipóteses coerentes dentro de uma lógica ainda incompleta. A intervenção pedagógica qualificada identifica a natureza do erro, distingue dificuldade conceitual de dificuldade linguística ou procedimental e propõe ações que permitam ao estudante revisar suas estratégias. O tratamento pedagógico do erro fortalece a aprendizagem porque desloca o foco da punição para a compreensão dos processos.

A aprendizagem também se aprofunda quando o estudante é desafiado a explicar, justificar, comparar e revisar respostas. Questões abertas, problemas contextualizados, debates,

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## GESTÃO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

### A GESTÃO ESCOLAR COMO ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO

A gestão escolar na rede pública de ensino é um processo amplo, complexo e essencial para garantir o funcionamento da escola e a qualidade da educação oferecida aos estudantes. Ela envolve a organização das dimensões pedagógica, administrativa, financeira, humana, comunitária e institucional da unidade escolar, sempre com foco no direito à aprendizagem, na permanência dos alunos e na formação integral.

Dirigir uma escola pública não significa apenas cumprir rotinas burocráticas, controlar documentos ou administrar recursos. A função da gestão escolar é articular pessoas, processos, tempos, espaços e decisões para que a escola cumpra sua função social. Essa função está relacionada à garantia de uma educação democrática, inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento dos estudantes.

A escola pública atende uma comunidade diversa, composta por estudantes com diferentes trajetórias, realidades familiares, condições sociais, ritmos de aprendizagem e necessidades educacionais. Por isso, a gestão escolar precisa ser sensível ao contexto em que a instituição está inserida. Uma boa gestão conhece a comunidade, identifica seus desafios, reconhece suas potencialidades e organiza ações coerentes com essa realidade.

A gestão escolar também precisa compreender que todas as dimensões da escola estão interligadas. A organização administrativa influencia o trabalho pedagógico. A gestão de recursos interfere nas condições de ensino. O clima escolar impacta a aprendizagem. A participação das famílias fortalece a permanência dos estudantes. A formação dos profissionais melhora a qualidade das práticas educativas.

Nesse sentido, o diretor de escola exerce papel estratégico. Ele lidera a unidade escolar, articula a equipe, acompanha processos, toma decisões, media conflitos, garante o cumprimento das normas e promove condições para que professores, funcionários, estudantes e famílias atuem de forma integrada.

A gestão escolar pública deve ser orientada por princípios democráticos. Isso significa promover participação, diálogo, transparência, corresponsabilidade e respeito aos direitos da comunidade escolar. A escola não pertence apenas à direção; ela é uma instituição pública, construída coletivamente.

#### ► Gestão escolar e seus princípios

A gestão escolar na rede pública deve estar fundamentada em princípios que orientam sua atuação e dão sentido às decisões tomadas no cotidiano da escola. Entre esses princípios,

destacam-se a gestão democrática, a participação, a transparência, a legalidade, a equidade, a inclusão e o compromisso com a aprendizagem.

A gestão democrática é um dos pilares da escola pública. Ela pressupõe que as decisões escolares devem ser construídas com a participação dos diferentes segmentos da comunidade: equipe gestora, professores, funcionários, estudantes, famílias e representantes da comunidade local. Isso não significa ausência de liderança, mas liderança baseada no diálogo, na escuta e na corresponsabilidade.

A participação fortalece a escola porque amplia a compreensão dos problemas e favorece soluções mais adequadas. Professores conhecem os desafios da sala de aula. Funcionários compreendem a rotina e a organização dos espaços. Estudantes vivenciam diretamente o processo educativo. Famílias conhecem aspectos importantes da vida dos alunos. A gestão precisa considerar essas vozes para tomar decisões mais completas.

A transparência também é princípio essencial. A comunidade escolar deve compreender as decisões tomadas, os critérios utilizados, as prioridades definidas e o uso dos recursos disponíveis. Uma gestão transparente fortalece a confiança e reduz conflitos causados por falta de informação.

A legalidade orienta a atuação do diretor e da equipe gestora. A escola pública integra um sistema de ensino e deve cumprir normas, diretrizes, calendários, orientações curriculares e procedimentos administrativos. No entanto, cumprir normas não significa agir de forma mecânica. A gestão precisa interpretar as orientações legais de modo pedagógico, sempre considerando os direitos dos estudantes.

A equidade é outro princípio indispensável. Tratar todos da mesma forma nem sempre garante justiça. Estudantes em situações diferentes podem precisar de apoios diferentes. A gestão escolar deve organizar condições para que todos tenham oportunidades reais de aprender, especialmente aqueles que enfrentam maiores dificuldades.

A inclusão também deve orientar toda a ação da escola. Uma gestão inclusiva garante acessibilidade, combate preconceitos, promove adaptação de práticas e fortalece o pertencimento de todos os estudantes. Inclusão não é responsabilidade isolada de um professor ou serviço específico; é compromisso institucional.

Por fim, o compromisso com a aprendizagem deve estar no centro da gestão. Todas as decisões precisam ser avaliadas a partir de uma pergunta fundamental: esta ação contribui para melhorar a aprendizagem, a permanência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes?

#### ► Dimensões da gestão escolar

A gestão escolar envolve diferentes dimensões que precisam funcionar de forma articulada. Entre elas, destacam-se a gestão pedagógica, administrativa, financeira, de pessoas, da convivência e da relação com a comunidade.

## AMOSTRA

A gestão pedagógica é a dimensão central da escola, pois está diretamente relacionada ao ensino e à aprendizagem. Ela envolve o acompanhamento do currículo, do planejamento docente, das avaliações, dos resultados de aprendizagem, das intervenções pedagógicas e da formação continuada dos professores. Mesmo que o coordenador pedagógico atue diretamente nessa área, o diretor também precisa acompanhar e apoiar esse processo.

A gestão administrativa organiza o funcionamento institucional. Ela envolve documentação escolar, matrículas, frequência, horários, calendário, registros, comunicação oficial, organização de espaços e cumprimento de normas. Embora muitas vezes pareça burocrática, essa dimensão é fundamental para garantir segurança, regularidade e continuidade ao trabalho escolar.

A gestão financeira trata da aplicação responsável dos recursos recebidos pela escola. Esses recursos devem ser utilizados com planejamento, transparência e prioridade pedagógica. A compra de materiais, a manutenção dos espaços, a melhoria da infraestrutura e o apoio a projetos precisam estar alinhados às necessidades reais da unidade escolar.

A gestão de pessoas envolve o cuidado com os profissionais da escola. O diretor precisa organizar equipes, distribuir responsabilidades, promover diálogo, acompanhar o trabalho, mediar conflitos e valorizar os servidores. Uma equipe desmotivada, desorganizada ou sem comunicação tende a comprometer o funcionamento da escola.

A gestão da convivência escolar também é essencial. Ela envolve a construção de um ambiente seguro, respeitoso e acolhedor. Conflitos, indisciplina, violência, discriminação e problemas de relacionamento precisam ser tratados com intencionalidade educativa. A escola deve formar para a convivência democrática.

A relação com as famílias e a comunidade compõe outra dimensão fundamental. A escola pública não está isolada. Ela faz parte de um território e precisa dialogar com as famílias, serviços públicos, conselhos, instituições locais e demais parceiros. Essa articulação fortalece a rede de apoio aos estudantes.

Essas dimensões não podem ser tratadas separadamente. Uma decisão administrativa pode ter impacto pedagógico. Uma dificuldade de convivência pode afetar o desempenho. Uma falta de recurso pode limitar projetos. Uma comunicação frágil com as famílias pode comprometer a frequência dos alunos.

### ► Planejamento, organização e avaliação da gestão

A gestão escolar eficiente depende de planejamento. Sem planejamento, a escola corre o risco de agir apenas diante das urgências, sem clareza de prioridades e sem continuidade nas ações. Planejar significa analisar a realidade, definir objetivos, organizar estratégias, estabelecer responsáveis e acompanhar resultados.

O primeiro passo do planejamento é o diagnóstico institucional. A escola precisa conhecer seus dados de aprendizagem, frequência, permanência, participação das famílias, infraestrutura, recursos disponíveis, perfil dos estudantes, necessidades dos professores e principais desafios da comunidade. Esse diagnóstico deve ser construído com dados e escuta dos diferentes segmentos.

A partir do diagnóstico, a gestão define prioridades. Nem todos os problemas podem ser enfrentados ao mesmo tempo. A escola precisa identificar quais questões exigem maior atenção, como alfabetização, leitura, matemática, frequência, convivência, inclusão, participação familiar ou organização da rotina.

Depois, são estabelecidas metas e ações. As metas precisam ser claras e possíveis. As ações devem indicar o que será feito, quem será responsável, quais recursos serão utilizados, em que prazo e como os resultados serão acompanhados.

O planejamento deve estar articulado ao projeto político-pedagógico e ao plano escolar. O projeto político-pedagógico expressa a identidade e os princípios da escola. O plano escolar organiza as ações do ano letivo. A gestão precisa garantir coerência entre esses documentos e a prática cotidiana.

A organização dos registros também é fundamental. Atas, relatórios, planos, avaliações, documentos administrativos, registros financeiros e fichas de acompanhamento permitem preservar a memória da escola e orientar decisões. Sem registros, a gestão perde informações importantes e dificulta a continuidade do trabalho.

A avaliação da gestão deve ocorrer continuamente. A escola precisa verificar se as ações planejadas foram executadas, se os resultados apareceram, quais dificuldades surgiram e que ajustes são necessários. Essa avaliação não deve ser vista como punição, mas como instrumento de melhoria.

O uso de indicadores educacionais também contribui para a tomada de decisões. Dados de frequência, rendimento, participação, avaliação e permanência ajudam a identificar problemas e acompanhar avanços. No entanto, os dados precisam ser interpretados pedagogicamente, considerando o contexto da escola.

### ► O papel do diretor de escola

O diretor de escola é uma liderança fundamental na rede pública de ensino. Sua atuação influencia diretamente o funcionamento da unidade escolar, o clima institucional, a organização pedagógica, a relação com a comunidade e a qualidade das ações desenvolvidas.

A liderança do diretor deve ser democrática e pedagógica. Isso significa que ele não atua apenas como administrador, mas como articulador do projeto educativo da escola. Seu papel é garantir que as dimensões administrativas, financeiras e organizacionais estejam a serviço da aprendizagem dos estudantes.

Uma das funções centrais do diretor é articular a equipe gestora. Direção, vice-direção, coordenação pedagógica e demais profissionais de apoio precisam atuar de forma integrada. Quando a equipe gestora trabalha com unidade, as decisões são mais claras e as ações mais consistentes.

O diretor também precisa apoiar o trabalho dos professores. Embora o acompanhamento pedagógico cotidiano seja atribuição importante da coordenação, cabe ao diretor garantir condições para que esse acompanhamento aconteça. Isso inclui organizar horários, favorecer reuniões, apoiar formações, assegurar recursos e valorizar o trabalho docente.

A tomada de decisões é parte constante da função do diretor. Ele precisa decidir sobre organização da rotina, uso de recursos, mediação de conflitos, atendimento às famílias, encaminhamentos administrativos e prioridades pedagógicas. Essas decisões devem ser baseadas em critérios claros, dados, diálogo e compromisso com o interesse coletivo.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

